

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Reprodução
BC publicou novas regras para gestão de riscos

Em caso de falha, bandeira de cartão vai pagar a conta

Os arranjos de pagamento de instituições financeiras estão na mira do Banco Central (BC), que publicou novas regras para o gerenciamento de riscos em serviços de pagamento ao público, entre eles os cartões de crédito e de débito. As bandeiras, como Visa, Mastercard e Elo, passam a ser responsáveis diretas por garantir o pagamento das transações aos usuá-

rios recebedores, mesmo que ocorram falhas nos mecanismos de proteção do sistema. A regra determina que se houver problemas em alguma instituição participante, como um emissor de cartão (bancos, fintechs e outros) ou credenciadora (maquininhas), a bandeira deverá utilizar recursos próprios para assegurar o repasse dos valores aos lesados.

Anti-fraude

O BC informou que a resolução traz comandos específicos para aprimorar a gestão de riscos de fraudes e golpes, além de medidas de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

Em vigor

Embora as novas regras já estejam em vigor, as instituições terão até 180 dias para protocolar pedidos de autorização de ajustes nos regulamentos dos arranjos de pagamento e para implementar as mudanças operacionais das bandeiras exigidas pelo Banco Central.



Divulgação
Dia das Crianças impulsiona o movimento no varejo

Movimento no varejo físico caiu 2,5% em outubro

Em outubro, o mercado de varejo físico nacional registrou queda de 2,5% de visitantes em relação ao mesmo mês do ano anterior. No entanto, no ano anterior houve crescimento de 6% ante 2023. Embora a comparação aponte uma leve retração, a variação mês a mês do índice revela um movimento alinhado ao com-

portamento histórico do período. Trata-se de um padrão típico do último trimestre, quando o consumidor começa a ajustar o ritmo de compras para as campanhas de Black Friday e Natal. No período, ruas e shoppings tiveram trajetórias distintas. Enquanto o varejo de rua caiu 1,3%, os shoppings registraram avanço de 6,6%.

Dia das Crianças

O resultado reflete o comportamento observado no IICV Seed e foi impulsionado pelo Dia das Crianças, que concentrou o consumo em categorias específicas. Por ser uma data com apelo muito direcionado, o período favorece segmentos ligados ao público infantil.

Atividade

Em outubro de 2025, a atividade varejista recuou na maior parte do país ante o mesmo mês de 2024. A única exceção foi o Centro-Oeste, que avançou 1,2% no período. Nas demais regiões, o movimento foi de queda: Sudeste (-2,1%), Sul (-3,7%), Nordeste (-3,1%) e Norte (-7,4%).

Demanda

Brinquedos, eletrônicos e opções de lazer, geraram um pico de demanda nesses dois mercados (ruas e shoppings), aponta a pesquisa. Em contrapartida, outros setores tendem a perder tração, o que limita o dinamismo geral do varejo fora dos centros de compras.

Cautela

“Embora outubro tenha registrado leve retração no fluxo de visitantes, o comportamento está em linha com a dinâmica do varejo no último trimestre. O consumidor tende a adotar postura mais cautelosa antes de datas promocionais”, diz Sidnei Raulino, CEO da Seed Digital.

Inflação oficial é a menor em 27 anos, aponta o IBGE

Energia residencial caiu 2,39% e puxou inflação para baixo, a 0,09%

Por Martha Imenes

A redução na conta de luz, com a mudança de patamar da bandeira vermelha de 2 para 1, puxou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo para baixo e fez a inflação oficial fechar outubro em 0,09%, o menor percentual para o mês desde 1998. Ou seja há 27 anos. Em setembro, o índice marcou 0,48%. Em outubro de 2024, a variação foi de 0,56%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com esse resultado, o IPCA acumulado em 12 meses é 4,68%, uma redução na comparação com os 5,17% dos 12 meses terminados em setembro. É a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, está ainda acima da meta do governo, de 3% a 4,5%.

A energia elétrica residencial recuou 2,39% no mês, representando impacto de -0,1 ponto percentual no IPCA.

A explicação está na migração da bandeira tarifária vermelha patamar 2 para 1. No 2, há cobrança adicional de R\$ 7,87 na conta de



Correio da Manhã
Na conta de energia vem a descrição da bandeira. O patamar 1 aliviou a inflação

luz a cada 100 kilowatts (Kwh) consumidos. Já no nível 1, vigente em outubro, o extra é de R\$ 4,46. A cobrança extra é determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para custear usinas termelétricas em tempos de baixa nos reservatórios das hidrelétricas.

De acordo com o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves,

se não houvesse o alívio na conta de luz, o IPCA de outubro ficaria em 0,20%.

Alimentos

Depois de ter caído durante quatro meses seguidos, o grupo alimentação e bebidas, que tem o maior peso no custo mensal das famílias, apresentou estabilidade, variando 0,01%.

Essa variação de alimentos e bebidas é a menor para um mês de outubro desde 2017 (-0,05%).

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

Acumulado é o 13º fora da meta

O acumulado de 12 meses do IPCA em 4,68% é o 13º seguido fora do limite de tolerância do governo. Esse é um dos motivos para o Banco Central manter a taxa de juros básicos da economia, a Selic, em 15% ao ano, o maior patamar desde julho de 2006 (15,25%).

O juro alto encarece o crédito e desestimula investimentos e o consumo, dessa forma, funcio-

na como um freio na economia, reduzindo a procura por produtos e serviços e, consequentemente, esfriando a inflação.

O IBGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia - ou seja, mais suscetíveis à taxa Selic - e o de preços monitorados, que costumam ser

controlados por contratos, e os combustíveis.

A inflação de serviços marcou 0,41% em outubro e 6,20% em 12 meses. Já os monitorados recuaram 0,16% no mês e sobem 4,20% em 12 meses.

‘O dado reforça que a política monetária restritiva tem surtido efeito e que a dinâmica de preços segue mais benigna embora parte dessa melhora

seja pontual, exigindo cautela na leitura sobre a tendência estrutural dos preços de serviços e salários’, pontua José Aúreo Viana, economista, assessor e sócio da Blue3 Investimentos.

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos. Ao todos, são coletados preços de 377 subitens (produtos e serviços).

INPC recua para 0,03% em outubro

A inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou outubro em 0,03%, mostrando queda ante 0,52% de setembro. Com o resultado, o acumulado de 12 meses fica em 4,49%. Nos 12 meses encerrados em setembro, o índice chegava a 5,1%, aponta o IBGE.

O INPC é muito utilizado como indexador para cálculo de reajuste anual de salários. O

salário mínimo, por exemplo, além de outras métricas, leva o INPC anual de novembro para chegar ao valor no ano seguinte. O seguro-desemprego, o benefício e o teto do INSS são reajustados com base no resultado de dezembro.

Em outubro, os produtos alimentícios pesquisados pelo IBGE tiveram variação nula (0%). Já os não alimentícios subiram 0,04%.

O grupo de produtos e serviços que mais puxou o INPC para baixo foi a habitação (-0,32%), com impacto de menos 0,06 ponto percentual (pp).

INPC x IPCA

A diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de um até cinco salários mínimos e o IPCA para lares com renda de um até 40 salários

mínimos. Atualmente o mínimo é de R\$ 1.518.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam quase 25% do índice, mais do que no IPCA, cerca de 21%, pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

Dinheiro esquecido: cerca de 53,3 milhões ainda não fizeram o saque

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Dinheiro esquecido no banco chega a 48,6 milhões de pessoas físicas

R\$ 1 mil representam 9,72% dos clientes. Só 1,81% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

As estatísticas do SVR são divulgadas pelo BC com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro.

Golpes

O Banco Central alerta os correntistas a terem cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermedia-

ção para supostos resgates de valores esquecidos.

O BC ressalta que todos os serviços do Sistema de Valores a Receber são totalmente gratuitos, e que não envia links, nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

A autarquia também pede que nenhuma pessoa forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer esse tipo de pedido.

Como consultar

Para a consulta, não é preciso fazer login basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento do cidadão ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas encerradas.

Caso o resultado seja positivo, é preciso acessar o sistema para verificar quanto de dinheiro há a receber, a origem desse valor, a instituição que deve fazer a devolução e seus dados de contato e outras informações adicionais. Para isso, há a necessidade de login com a conta Gov.br - nos níveis prata ou ouro e com verificação em duas etapas habilitada.

O dinheiro pode ser resgatado de três formas: a primeira é entrar em contato diretamente com a instituição responsável pelo valor e solicitar o recebimento; a segunda é fazer a solicitação pelo próprio SVR.